

PRÁTICAS EXTENSIONISTAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA COM PESSOAS IDOSAS: OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE AMAZONENSE

EXTENSION PRACTICES OF PUBLIC GOVERNANCE WITH ELDERLY PEOPLE: TRAINING ITINERARIES AT UNIVERSIDADE DA MATURIDADE AMAZONENSE

PRÁCTICAS DE EXTENSIÓN DE LA GOBERNANZA PÚBLICA CON LAS PERSONAS MAYORES: ITINERARIOS DE FORMACIÓN EN LA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE AMAZONENSE

Marlon Santos de Oliveira Brito

Doutor em Educação. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: marlonoliveirabrito@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-5487-2400>

Neila Barbosa Osório

Doutora em Educação. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: neilaosorio@uft.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-6346-0288>

Luiz Sinésio Silva Neto

Doutor em Ciências e Tecnologias em Saúde. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: luizneto@uft.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-3182-7727>

Nubia Pereira Brito Oliveira

Mestre em Educação. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: professoranubiabrito@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-1026-4734>

Marileide Carvalho de Souza

Doutoranda em Educação. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: carvalhomarileide@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0007-3291-1094>

Amanda Pereira Costa

Mestre em Educação. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: amandapcosta@hotmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-4116-4613>

ABSTRACT:

The article shares perceptions and feelings of preserving the value that the university delivers to those who maintain it, based on experiences in the Maturity University extension program, at the Federal University of Tocantins (UMA/UFT). The problem asks how extensionist practices can collaborate in governance with elderly people? The general objective is to understand the governance of services offered at the university. The specific objectives seek to describe and share how UMA/UFT guarantees access to education for the aging population. The framework involves the phenomenology of Merleau-Ponty (2018); Bardin's methods (2011), in understanding phenomena from subjectivity; studies by Alvino (2015), Arendt (2000), Beisiegel (1986), Beltrão (1982), Bobbio (2000), Both (1999), Farenzena (2011), Freire (1992), Frey (2000), Paiva (1987), Villas-Boas (2016) and others. The qualitative data are experiences at UMA/UFT, observations and bibliographic and documentary analyses. The results include the governance profile in higher education institutions in Amazonas; governance in the UMA/UFT extension program; understanding policies aimed at the elderly population; and findings on Training Itineraries for EJA. The importance of universities in promoting more personalized education to the individual characteristics of an aging society is concluded.

KEYWORDS: Governance; Education in the Amazon; Educational Practices.

RESUMO:

O artigo compartilha percepções e sentimentos de preservação do valor que a universidade entrega aos que a mantêm, a partir de vivências no programa de extensão Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT). O problema questiona como as práticas extensionistas podem colaborar na governança com pessoas idosas? O objetivo geral é compreender a governança nos serviços oferecidos na universidade. Os objetivos específicos buscam descrever e compartilhar como a UMA/UFT garante o acesso à educação para a parcela da população que envelhece. O referencial envolve a fenomenologia de Merleau-Ponty (2018); métodos de Bardin (2011), na compreensão dos fenômenos a partir da subjetividade; estudos de Alvino (2015), Arendt (2000), Beisiegel (1986), Beltrão (1982), Bobbio (2000), Both (1999), Farenzena (2011), Freire (1992), Frey (2000), Paiva (1987), Villas-Boas (2016) e outros. Os dados, qualitativos, são vivências na UMA/UFT, observações e análises bibliográfica e documental. Nos resultados encontram-se o perfil de governança nas instituições de ensino superior amazonenses; a governança no programa de extensão UMA/UFT; a compreensão de políticas destinadas à população idosa; e constatações de Itinerários Formativos para a EJA. Concluem-se a importância da universidade para fomentar uma educação mais personalizada às características individuais da sociedade que envelhece.

PALAVRAS CHAVE: Governança; Educação na Amazônia; Práticas Educativas.

RESUMEN:

El artículo comparte percepciones y sentimientos de preservación del valor que la universidad entrega a quienes la mantienen, a partir de experiencias del programa de extensión Universitaria Madurez, de la Universidad Federal de Tocantins (UMA/UFT). El problema es ¿cómo pueden las prácticas extensionistas colaborar en la gobernanza con las personas mayores? El objetivo general es comprender la gobernanza de los servicios ofrecidos en la universidad. Los objetivos específicos buscan describir y compartir cómo la UMA/UFT garantiza el acceso a la educación de la población que envejece. El marco involucra la fenomenología de Merleau-Ponty (2018); los métodos de Bardin (2011), en la comprensión de los fenómenos desde la subjetividad; estudios de Alvino (2015), Arendt (2000), Beisiegel (1986), Beltrão (1982), Bobbio (2000), Both (1999), Farenzena (2011), Freire (1992), Frey (2000), Paiva (1987), Villas-Boas (2016) y otros. Los datos cualitativos son experiencias en la UMA/UFT, observaciones y análisis bibliográficos y documentales. Los resultados incluyen el perfil de gobernanza en instituciones de educación superior en Amazonas; gobernanza en el programa de extensión UMA/UFT; comprender las políticas dirigidas a la población adulta mayor; y hallazgos sobre Itinerarios de Capacitación para EJA. Se concluye la importancia de las universidades en la promoción de una educación más personalizada a las características individuales de una sociedad que envejece.

Palabras clave: *Gobernanza; Educación en la Amazonía; Prácticas Educativas.*

INTRODUÇÃO

A população idosa representa uma parcela significativa da sociedade, demandando atenção especial por parte da gestão pública. No Estado do Tocantins, membro da Amazônia Legal Brasileira (IBGE, 2020), um projeto universitário que engloba ensino, pesquisa e extensão universitária foi concebido para abordar os desafios e oportunidades enfrentados por pessoas idosas na região. Este programa de extensão, denominado Universidade da Madurez, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT), foi reconhecido como uma Tecnologia Social devido às características altamente replicáveis e custos acessíveis (DE SANTANA, 2020), ou seja, torna-se parte da governança pública da universidade em sua missão de “aumentar e preservar o valor que o Estado entrega aos que o mantêm” (BRASIL, 2020, p. 14).

Esta pesquisa é parte de um projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) que se concentra nos Itinerários Formativos para alunos da Educação Básica, especialmente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Universidade da Madurez, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT). O estudo explora como acontece a governança enquanto função direcionadora (BRASIL, 2020), de práticas educativas que visam oportunidades de inclusão de pessoas idosas em processos de ensino e aprendizagem da gerontologia educacional em ambientes intergeracionais.

A governança pública na UMA/UFT assegura que as ações universitárias estejam em consonância com os princípios estabelecidos na Política Nacional do Idoso, garantindo, dessa forma, o apoio institucional na prestação de serviços eficaz e de qualidade voltada para a promoção do envelhecimento ativo e digno dessa parcela da população. Essa abordagem reforça, ainda, o compromisso da instituição com a promoção do bem-estar e da cidadania das pessoas idosas, refletindo seu papel como agente de transformação na sociedade.

De acordo com Brito (2025), no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a UMA/UFT concentra-se em atender pessoas idosas que, por diversos motivos, tenham interrompido seus estudos ou não tenham tido acesso à educação na idade apropriada e no sistema educacional convencional. Esta abordagem do programa de extensão da Universidade Federal do Tocantins se destina a atender às necessidades específicas desses grupos, facilitando seu retorno à educação e progressão acadêmica, além de contribuir com outras nuances de ensino, pesquisa e extensão que o espaço alcança.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a aplicação dos princípios de governança pública na gestão de políticas destinadas às pessoas idosas UMA/UFT. Ao passo que essa análise se justifica na relevância da governança pública na esfera governamental, cuja ênfase na eficiência e eficácia contribui para a alocação apropriada dos recursos públicos, priorizando as reais necessidades da sociedade (BELTRÃO, 1982; CENTRO, 1999; FREY, 2000). Além de observar-se o Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU/Tribunal de Contas da União, no que diz, sobre o que é a governança pública organizacional:

É a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas. Este conceito, derivado principalmente da governança corporativa, foi delineado e adotado pelo TCU em virtude do propósito de apoiar a melhoria do desempenho das organizações públicas jurisdicionadas (BRASIL, 2020, p. 15)

O referencial teórico-metodológico utilizado envolve a fenomenologia sobretudo na perspectiva de Merleau-Ponty (2018) e métodos de Bardin (2011), que defende a compreensão dos fenômenos a partir da subjetividade. Os referenciais estão pautados nos estudos de Alvino (2015), Arendt (2000), Arroyo (2005), Beisiegel (1986), Beltrão (1982), Bobbio (2000), Both (1999), Farenzena (2011), Freire (1992), Frey (2000), Frigotto (2009), Paiva (1987), Villas-Boas (2016) e outros colaboradores que pesquisam a temática.

Na visão fenomenológica de Trivinos (1987), não se tem um problema a ser resolvido, mas busca-se apontamentos para as indagações: a) “Como as práticas da Universidade podem colaborar na gestão de Políticas Educacionais para Pessoas Idosas?” e b) “Como os Itinerários Formativos de Pessoas Idosas colaboram com a governança de uma Universidade?”. Questões de respostas complexas de interesse

para a comunidade que busca compreender o papel democrático das relações entre instituições de ensino e seus usuários.

Assim, o objetivo geral é compreender as percepções em relação à qualidade dos serviços oferecidos na UMA/UFT no âmbito das políticas destinadas às pessoas idosas. Com objetivos específicos de descrever e compartilhar como a prática extensionista torna-se referência no campo de Itinerários Formativos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no que diz respeito à missão de alfabetizar e garantir o acesso à educação para a parcela da população que envelhece em gestão de governança democrática e popular.

A pesquisa adotou uma abordagem mista, de viés da fenomenologia merleau-pontiana (MERLEAU-PONTY, 2018), com métodos quantitativos e qualitativos. A análise dos conteúdos (BARDIN, 2011) envolveu a suspensão de preconceitos para compreender profundamente a experiência dos participantes, seguida por descrição fenomenológica e análise das essências das vivências. Posteriormente, foram construídas categorias representativas das estruturas essenciais da governança, ou seja, como acontece o processo de tomada de decisões, implementação de políticas e gestão de recursos destinados às práticas educacionais intergeracionais que alcançam os Itinerários Formativos.

Considerou-se como essas descobertas poderiam ser aplicadas em outras instituições da Amazônia Legal e do Brasil, com embasamento de referências adicionais para enriquecer a compreensão com consciência científica (MORIN, 2000). Os resultados são apresentados em linguagem multidisciplinar, com viés da Pedagogia, formação principal dos pesquisadores, e de Educação Popular, para, de forma clara e acessível, compartilhar nuances da comunidade da UMA/UFT visando a disseminação das conclusões do estudo.

Portanto, fornece-se insights sobre a efetividade das políticas de EJA direcionadas às pessoas idosas, bem como identifica-se práticas educativas que possam fortalecer a qualidade da educação oferecida em programas de EJA, contribuindo para o enriquecimento das experiências governamentais que buscam atender políticas educacionais para pessoas idosas e o cumprimento dos princípios educacionais definidos nas políticas sociais, culturais, de saúde e educacionais destinadas a esta parcela da população.

As reflexões em curso alcançam aqueles que se dedicam ao estudo das relações intergeracionais contemporâneas e as recomendações destinadas ao aprimoramento da governança e da qualidade na gestão de políticas voltadas para pessoas idosas (BRASIL, 2020; BOTH, 1999). Pois divulga as percepções de pesquisadores que vivenciam as práticas educativas na UMA/UFT e a evidenciam como uma instituição de ensino pública, que assume um papel multifacetado que transcende a mera transmissão de conhecimento (FREIRE, 1992).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é conclusão de uma etapa do projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) sobre a temática dos Itinerários Formativos para alunos da Educação Básica, vinculados à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em práticas educativas da Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT), com foco nas categorias representativas das estruturas essenciais da governança, que indicam como acontece o processo de tomada de decisões, implementação de políticas e gestão de recursos destinados às práticas educacionais intergeracionais que alcançam os Itinerários Formativos. Além das condições e possibilidades de inclusão de oportunidades de escolarização (OLIVEIRA, 1999 e BRITO et al, 2024), com práticas educativas da gerontologia educacional em campos intergeracionais de ensino, pesquisa e extensão com pessoas idosas (ABRÃO et al, 2025 e OSÓRIO, SILVA NETO e NUNES FILHO, 2022).

A integração dos resultados quantitativos e qualitativos permitiu uma compreensão multidisciplinar da governança pública e da qualidade na abordagem de conceitos de gestão democrática em políticas para pessoas idosas, nos espaços da UMA/UFT, enriquecendo a compreensão das complexidades envolvidas nesse contexto (MORIN, 2000). Nesse sentido, a pesquisa seguiu uma abordagem mista, combinando elementos da fenomenologia com métodos quantitativos e qualitativos para atingir seus objetivos.

Na abordagem fenomenológica, que aconteceu no período de julho de 2022 até julho de 2023, buscou-se compreender profundamente a experiência humana nesse contexto específico (MERLEAU-PONTY, 2018), com abordagens que, para fins didáticos, são descritas em seis etapas, conforme Imagem 1:

Imagem 1 - Caminho Percorrido



Fonte: MERLEAU-PONTY (1987); GIL (2008); BARDIN (2011). Adaptado pelos autores (2023).

Na etapa de “Colocação entre parênteses (Epoché)”, a equipe seguiu a orientação fenomenológica e suspendeu temporariamente seus preconceitos e julgamentos pessoais sobre a UMA/UFT, a gerontologia educacional, a governança e os Itinerários Formativos na EJA, assim como a caracterização sociocultural do público da EJA. Isso permitiu concentrar-se na experiência em si, sem interpretações

prévias. Durante esse processo, buscou-se uma compreensão mais profunda e genuína das questões envolvidas, abrindo espaço para uma análise mais objetiva e imparcial.

Com as anotações, realizou-se a “Descrição fenomenológica”, com interpretações que buscavam capturar a essência da experiência dos participantes. Essa abordagem englobou vivências em momentos de projetos, campanhas, aulas e conversas com gestores, professores e pessoas idosas da UMA/UFT. Além disso, foram empregadas observações diretas e indiretas para obter uma compreensão completa das práticas educacionais intergeracionais, considerando uma referência sociocultural estranha à cultura escolar convencional (JULIA, 2023). De modo que o material foi selecionado na visão de mundo dos que assinam este trabalho (GIL, 2008) em compreensões, elementos e interações dentro do contexto educacional, que pudessem contribuir para uma análise aprofundada e reflexiva.

Na “Redução Eidética”, fez-se a análise dos dados coletados e buscou-se identificar as essências ou estruturas invariantes que constituíam a experiência dos participantes, com foco em processos de tomada de decisões que levavam a Itinerários Formativos (BNCC, 2018). Isso envolveu a identificação das características essenciais e das variações possíveis das práticas educativas e de Itinerários Formativos, considerando que as pessoas idosas estão no grupo de atendimento da EJA, previstos para serem atendidos pelo poder público em cursos específicos, com flexibilização de carga horária, programas, atividades, e outros procedimentos que garantam a progressão escolar.

Durante a "Construção das categorias ou tipos", seguiram-se as orientações de Bardin (2011). Com base na análise das essências identificadas, construiu-se categorias que representam as estruturas essenciais da governança pública (BRASIL, 2020), das práticas educativas intergeracionais e dos Itinerários Formativos. Essas categorias são apresentadas nos resultados deste trabalho na forma de discussão referenciada (GIL, 2008), destacando os elementos de conexão entre os temas destacados nos objetivos. Essa abordagem permitiu uma organização e compreensão melhor da complexidade da experiência da UMA/UFT em diversas partes, contribuindo para uma análise mais aprofundada e detalhada do estudo do tema no viés de práticas extensionistas que contemplam a governança pública e a gestão democrática.

Considerou-se, no "Retorno à vida cotidiana" como as descobertas se relacionavam com a experiência das pessoas na UMA/UFT e poderiam alcançar outras realidades e contextos. Houve uma reflexão bibliográfica sobre como essas práticas educativas poderiam ser aplicadas no contexto de outras instituições da Amazônia Legal. Além disso, buscou-se referências que pudessem colaborar com as percepções e interpretações dos autores, reiterando ou refutando conclusões concebidas nas etapas anteriores (BARDIN, 2011). Essa etapa enriqueceu ainda mais a compreensão das implicações práticas das descobertas e garantiu uma abordagem sólida e fundamentada (GIL, 2008).

Por fim, na etapa de "Apresentação dos resultados", os resultados da pesquisa foram descritos e compartilhados, tal como acontece neste artigo, de modo que busca-se apresentá-los de forma clara e acessível, utilizando as categorias identificadas para descrever a essência da governança pública em um programa de extensão universitária com práticas educativas que contemplam os Itinerários Formativos e alcançam, concomitantemente, conceitos de gestão democrática. Tais resultados são compartilhados tendo em vista disseminar as descobertas de maneira ampla e garantir que os envolvidos tenham acesso às conclusões do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto da educação brasileira, o discurso sobre a gestão democrática emerge, influenciado por concepções políticas que afetam, também, o desempenho das instituições de ensino superior. De acordo com Frigotto (2009), a Constituição Federal de 1988 no Brasil estabeleceu o compromisso de abordar democraticamente questões de políticas sociais que devem estar alinhadas com as necessidades locais, em contraste com influências de organismos internacionais ou multilaterais (BRASIL, 2020). Esse compromisso, como destacado por Arroyo (2005), implica em uma construção coletiva em processos educacionais que alcancem a educação de jovens, adultos e pessoas idosas (BOTH, 1999).

A Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT) tem como principal objetivo a promoção do enriquecimento educacional e desenvolvimento pessoal das pessoas idosas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e fomentar a integração social. O programa de extensão universitário promove uma ampla discussão na região, envolvendo o ensino e a pesquisa em programas de pós-graduação em educação, com um foco na Educação Popular em curso de doutorado em educação que acontece em rede na Amazônia (ROCHA; COELHO; HORA, 2021).

Na busca por uma compreensão de como acontece a implementação dos princípios da governança pública na gestão democrática de políticas destinadas à população idosa, em uma perspectiva epistemológica ligada à Educação. E os resultados apontam para a correlação da UMA/UFT com conceitos multilaterais do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), no contexto das iniciativas de políticas públicas na região Amazônica, ao garantir que as pessoas idosas alcancem uma educação ao longo da vida crítica, em práticas educacionais que abrem novas perspectivas, como apontado por Fávero, Andrade e Brenner (2007).

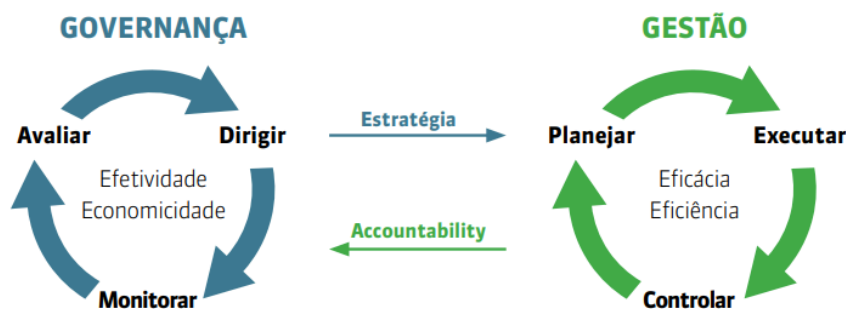
Marcelino (2003) pontua como uma solução o processo de simplificação de sistemas administrativos que envolvam a gestão de atividades do orçamento público, e recomenda a descentralização para aprimorar conquistas no serviço público. Nesse contexto, a UMA/UFT administra recursos destinados diretamente ao programa e consegue alcançar diversos Itinerários Formativos da BNCC, destacados por Brito e Osório (2024) como meios que permitem às pessoas idosas alcançarem compreensões, também, da Administração Pública, concebendo-a como uma entidade coletiva.

Diante da ideia de que a melhoria da eficiência do serviço público pode ser alcançada por meio da adoção de modelos de administração pública que se aproximem mais das pessoas, assim como acontece em práticas extensionistas, com a finalidade de torná-la possível, com o devido respeito às especificidades, em outras regiões do país (BELTRÃO, 1982). Além disso, as discussões de Maciel (2012) contemplam essa preocupação desde a formação cultural da Amazônia, bem como abordagens sobre a ocupação econômica da região e a resistência das comunidades locais. Ou seja, outra dimensão que alinha práticas educativas da UMA/UFT com a BNCC, em ligação com a EJA, especialmente no que diz respeito aos Itinerários Formativos destinados à etapa do Ensino Médio.

Vale destacar que, de acordo com o Tribunal de Contas da União (Figura 2), governança não é o mesmo que gestão, pois “a governança é a função direcionadora, a gestão é a função realizadora” (BRASIL, 2020, p. 17). Daí a preocupação deste trabalho em analisar como a UMA/UFT estabelece evidência no Estado ao levar em

conta os interesses da população, especificamente, com foco nos cidadãos que envelhecem, enquanto parte da universidade, responsável por colaborar no planejamento e implementação de diretrizes educacionais para esse segmento da sociedade.

Figura 2. Relação entre governança e gestão.



Fonte: BRASIL (2020, p. 17), Referencial básico de governança - Tribunal de Contas da União.

Diante dessa constatação ampara-se o trabalho na perspectiva de Educação Popular abordada neste estudo com base na obra de Paulo Freire (1992). Pois, segundo essa perspectiva, o termo "popular" adquire um significado político que se concentra na superação das desigualdades sociais enfrentadas por pessoas idosas, na promoção da emancipação intelectual desse grupo, na busca por uma gestão democrática e na valorização do trabalho coletivo que exercem na sociedade (ABRÃO et al, 2025 e OSÓRIO, SILVA NETO e NUNES FILHO, 2022).

A perspectiva de que um programa de extensão facilita a gestão democrática, alinha-se com as ideias Paiva (1987) e Beisiegel (1986) que argumentam que a Educação Popular transcende as ações exclusivamente não escolares, enfatizando a abrangência e a relevância dentro do ambiente educacional formal. De modo que a atuação da UMA/UFT contribui para a inclusão educacional e a formação de pessoas idosas, em processos de educação intergeracional entre jovens e adultos (VILLAS-BOAS, 2016). Isso fortalece a educação como um instrumento de desenvolvimento social e pessoal, promovendo assim a missão da Educação Popular conforme concebida por Paulo Freire e seus seguidores.

As reflexões que acontecem no espaço universitário enriquecem o campo da governança como conceito prático de aprendizagem ao longo da vida, além de outros temas da gestão de políticas voltadas para a população idosa, que também evidenciam a importância da universidade como equipamento público de promoção do desenvolvimento social e de qualidade de vida das pessoas idosas e da sociedade em geral (Both, 1999). Ao alinhar-se com a ideia de Itinerários Formativos, conforme delineado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), o programa expande-se para conquistas flexíveis e planejadas entre os estudantes, pois as reflexões ecoam para preocupações de ensino e aprendizagem das comunidades locais da Amazônia, que enfatizam questões culturais e econômicas, conforme destacado por Maciel (2012).

Nesse contexto, a UFT, enquanto mantenedora do programa de extensão UMA/UFT desvia-se do paradigma da "administração pública gerencial", como descrito pelo Centro (1998, p. 11), que se apoia no controle retrospectivo dos

resultados como um instrumento técnico para permitir que as organizações aprendam com seus erros e, a partir disso, desenvolvem estratégias coletivas (BRASIL, 2020). Em contraste, ela apresenta uma resposta concreta aos desafios emergentes enfrentados pela população idosa e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sensível às necessidades desses cidadãos.

Outro destaque alcançado na análise do conteúdo é que a iniciativa ilustra a importância da sinergia entre a academia e a gestão pública na busca por soluções eficazes para as mudanças demográficas em curso (ALVINO, 2015). A universidade torna-se um Itinerário Formativo (BNCC, 2018) e amplia o seu espaço de colaboração congruente com os princípios da democracia, uma vez que estabelece "um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados" (BOBBIO, 2000, p. 22).

Outro resultado aponta para as atividades notáveis da UMA/UFT de integração da BNCC em iniciativas voltadas para a EJA, pois consegue manter práticas educativas intergeracionais com pessoas idosas, enquanto recomendação estabelecida pelo Governo Federal para englobar os níveis da Educação Básica no Brasil (BRASIL, 1966). Esse respeito ao que está posto na legislação educacional representa a consideração por um documento, como se apresenta a BNCC, "normativo de referência de caráter obrigatório para a formulação dos currículos escolares e propostas pedagógicas em instituições de ensino tanto públicas quanto privadas" (p. 21), e abrange o espectro educacional de apoio da universidade em processos educativos desde a educação infantil até o ensino médio (BNCC, 2018).

Ao considerar-se a ligação transversal entre Educação Básica e Educação Superior, de acordo com Farenzena (2011), consegue perceber fenomenologicamente (MERLEAU-PONTY, 2018) que as políticas denominadas como "políticas de assistência e responsabilidades (inter)governamentais para a Educação Básica" (BNCC, 2018, p. 19) estão inseridas no contexto da UMA/UFT em ligação direta com a governança federal no âmbito do Estado do Tocantins. Afinal, o federalismo das políticas educacionais busca efetivar o direito à educação no Brasil. Ou seja, ela representa o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao estabelecer que as pessoas idosas sejam atendidas nos espaços educativos e para que elas alcancem o direito a um currículo, composto por diversos "Itinerários Formativos".

Figura 3. Itinerários Formativos na BNCC



Fonte: BNCC (2018, p. 469)

Dentro dessa abordagem, o Artigo 36 estabelece que "o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por Itinerários Formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino". Ou seja, os itinerários formativos compreendem um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo e outras atividades educacionais, práticas educativas que foram observados na UMA/UFT no âmbito da Educação Popular.

Essa atuação democrática da universidade fornece uma estrutura que pode apoiar o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e, possivelmente, abrir novas perspectivas na educação de pessoas idosas. Conforme observado por Fávero, Andrade e Brenner (2007), tais ações precisam garantir a oportunidade democrática do cidadão e fomentar uma educação mais personalizada e adaptada às características e aspirações individuais. Defesa abordada na BNCC que, por sua vez, envolve a governança pública na construção das políticas educacionais locais, que objetivem ações em sintonia com os interesses da sociedade (BRASIL, 2020).

Nota-se que o programa de extensão dá visibilidade à "Universidade Amazônica" (PGEDA, 2023), ou seja, é ponto focal de eficiência e qualidade dos serviços prestados pelas universidades à parcela da população que vive na região Amazônica. Afinal, como observado por Paiva (1987, p. 46), historicamente, a Educação pode ser compreendida tanto como "[...] a educação oferecida a toda a população, acessível a todas as camadas da sociedade, quanto como a educação destinada às chamadas 'camadas populares' da sociedade".

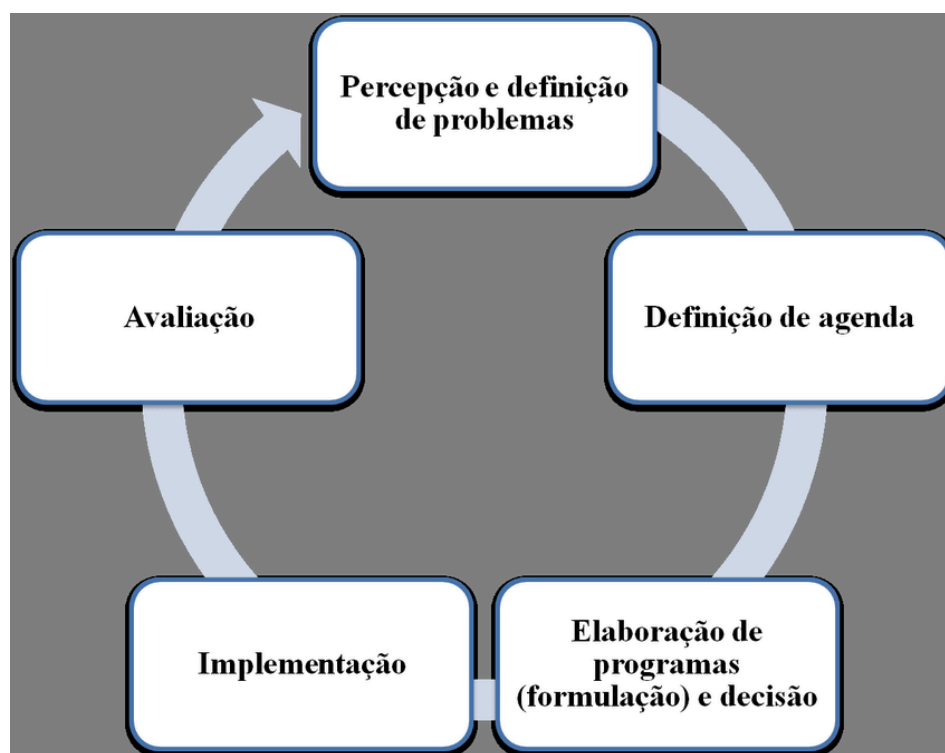
Destaca-se ainda entre os documentos a presença da governança da Política Nacional do Idoso (PACTO, 2020), que, por sua vez, estabelece diretrizes fundamentais para o tratamento e a proteção dos direitos da pessoa idosa, definindo que a família, a sociedade e o Estado têm a responsabilidade de garantir a integralidade dos direitos da cidadania a indivíduos com 60 anos ou mais. Direito que demanda a participação ativa da pessoa idosa na comunidade, e, sobretudo, o respeito ao seu direito à autonomia. Concepção alinhada com as pesquisas realizadas nos

programas de pós-graduação em educação e nos estudos sobre currículos em educação na Amazônia (ROCHA; COELHO; HORA, 2021).

Ao estender essa análise aos processos educacionais da EJA, com o acolhimento de pessoas idosas, a UMA/UFT promove uma construção coletiva, etapa da construção de uma possível política pública, que amplia as contribuições para gestão democrática no âmbito da Educação. Esse enfoque é respaldado por autores como Freire (1992), Vale (2001) e Arroyo (2005). Nesse contexto, a pesquisa considerou os dados que apontam para a observação das necessidades específicas das pessoas idosas que retomaram a formação escolar no programa de extensão ou fora dele. Um acolhimento que vai desde as necessidades de adequação das infraestruturas físicas, a disponibilização de métodos de ensino acessíveis e a criação de um ambiente educacional inclusivo que valorize a diversidade de faixa etária.

Ao incorporar tais princípios a UMA/UFT busca assegurar a governança pública em práticas educacionais que atendam de maneira eficaz às demandas desse grupo demográfico, contribuindo assim para a universalização efetiva e aprimoramento da qualidade do Ensino Médio para pessoas idosas. Nota-se neste contexto uma relação do programa de extensão com o ciclo de políticas públicas, conforme apresentado por Silva (2011), baseado em Frey (2000), ao manter uma estrutura que vise entender a formulação e implementação de políticas para pessoas idosas. Esse ciclo compreende o reconhecimento do problema, a formulação, implementação e avaliação das políticas (BRASIL, 2020). Ao passo que a teoria de Frey (2000) enfatiza a importância do debate teórico e da participação da sociedade civil neste processo, para garantir que as decisões políticas sejam tomadas ao longo do tempo ao considerar as dimensões políticas e sociais do que foi apresentado como problema.

Figura 4. Fases do ciclo de políticas públicas.



Fonte: Elaborada por Silva (2011), a partir de Frey (2000).

De acordo com a análise de Bobbio (2000), a democracia desempenha um papel essencial na superação de condições sociais desfavoráveis, particularmente através da promoção da transparência no exercício do poder, o qual está intrinsecamente ligado ao conhecimento. O autor ressalta que o "poder" é um elemento inerente a "qualquer conceito que se tenha de democracia" (BOBBIO, 2000, p. 21) e autores como Freire (1992), Vale (2001), Arroyo (2005) e Haddad e Di Pierro (2021), destacam essa atuação em encargos que consigam a universalização de direitos. Preocupação que carece de gestão capaz de produzir a análise de processos históricos e de casos específicos contemporâneos, como, por exemplo, o papel da pessoa idosa na sociedade. Como destacado por Fávero, Andrade e Brenner (2007), isso transcende a mera disponibilidade de vagas em escolas de EJA.

Cabe citar a consonância defendida por Touraine (1998) ao afirmar que a Democracia é aquela que se posiciona "no nível dos atores sociais e não acima deles, buscando estabelecer a equidade, ou seja, assegurar, em primeiro lugar, o acesso dos grupos subalternos à ação, à influência e ao poder político" (TOURAINÉ, 1998, p. 47). Assim como Beisiegel (1986, p. 74) reconhece o vasto potencial da educação pública fornecida pelo Estado para atender às necessidades das classes populares e defender uma "compreensão aberta, ampla e realista da educação popular, pois acredita que essa orientação é a mais apropriada tanto teoricamente quanto em consonância com as demandas de uma política que beneficie as classes populares".

A atuação UMA/UFT reflete tais princípios, pois procura aproximar as pessoas idosas do ambiente da escola pública e trabalhar em prol dos interesses populares. Práticas educativas que se transformam em Itinerários Formativos para pessoas idosas ao reconhecer o conhecimento como algo democrático, que transcende a mera institucionalização e procedimentos burocráticos, em favor do que é de interesse coletivo (TOURAINÉ, 1998). Ou seja, desempenha um papel na educação formal, mas também se posiciona como um centro de produção de novos conhecimentos, técnicas e tecnologias por meio de atividades extracurriculares.

Portanto, os "Itinerários Formativos" (BNCC, 2018), aqui tomados como exemplo, alcançam as pessoas idosas, mas exigem governança, enquanto função direcionadora (BRASIL, 2020) para que haja a criação de condições adequadas para o acesso e a permanência dos estudantes, incluindo aqueles que optam por retornar às escolas nesta fase da vida. De modo que a UMA/UFT e seus processos de gestão emergem como um modelo de referência no Tocantins e na Região Norte, ao implementar projetos, cursos, campanhas e outros recursos pedagógicos intergeracionais de base popular, em escolas públicas e outros espaços educativos, que buscam superar a dicotomia entre a educação formal e a educação não formal (OSÓRIO, SILVA NETO e NUNES FILHO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da população idosa na universidade pública amazonense é congruente com o conceito de governança em Educação Popular, conforme definido por Vale (2001) e a aplicação dos princípios de gestão pública nesse contexto desempenha um papel como mecanismo de transparência, responsabilidade e efetividade das ações governamentais. Nota-se que a UMA/UFT opera e serve como referência para discussões de políticas públicas que visam atender as pessoas idosas que desejam retornar à escola. Ao mesmo tempo em que direciona, monitora e avalia a

conduta da administração pública neste caminho, com o objetivo de promover a prestação de serviços de qualidade e a utilização eficiente dos recursos disponíveis.

Tais conceitos, como discutido por Arendt (2000), Bobbio (2000) e apontado no referencial do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2020), estão intrinsecamente ligados ao exercício do poder, resultante da capacidade humana de agir coletivamente para construir democraticamente uma vontade comum. Pois, políticas destinadas à população idosa a UMA/UFT carecem de posições estratégicas, programas e projetos implementados com critérios transparentes e baseados em evidências que alcancem essa parcela crescente da população brasileira. Esse enfoque na região da Amazônia Legal não apenas fortalece a confiança da sociedade na universidade pública, mas também assegura que os recursos sejam alocados para atender às necessidades reais de ensino, pesquisa e extensão propostos por ela, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Quanto às políticas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) nota-se relevância na governança de práticas educativas que promovem desde a alfabetização até outras conquistas da garantia do direito à educação para essa faixa etária. Além disso, o programa de extensão possui a missão de desenvolver a autonomia de leitura e escrita entre os indivíduos, indo além da simples aquisição do código linguístico. Tal foco é festejado entre os teóricos da Educação Popular por ampliar as possibilidades para o aluno, no caso, idoso, alcançar habilidades de interpretar o conteúdo dos textos e melhorar a capacidade de criar narrativas. Competências que incentivam uma participação ativa no processo de construção do conhecimento e na elaboração de políticas de interesse comum.

Neste caminho, o conceito de Educação ao longo da vida é alcançado em conjunturas políticas, incluindo conteúdos políticos sociais envoltos nas ações educacionais realizadas de forma informal e inseridas na vida cotidiana das camadas populares que a UMA/UFT alcança. Percepções que, por sua vez, estão relacionadas à qualidade dos serviços oferecidos na Universidade ao cumprir a missão institucional. Ao identificar-se, por exemplo, a eficácia das abordagens pedagógicas, a adequação das infraestruturas físicas, a disponibilidade de recursos e o apoio necessário para alcançar os objetivos educacionais.

Reconhece-se que o trabalho é carente de outros conceitos que contemplem a amplitude da teoria da Administração Pública em seu universo específico. Contudo, na visão multidisciplinar, ele alcança o objetivo de demonstrar uma atuação da Universidade Federal do Tocantins em estimular, por meio da aprendizagem contínua de pessoas idosas, o poder de contribuir para a preservação das conquistas democráticas que foram alcançadas, e assim, reduzir o risco de medidas que concentrem ou mantenham o poder baseado em conhecimentos tidos como a única verdade.

Divulgar esses dados torna-se necessário diante das conjunturas políticas que o país passa, incluindo as discussões quanto à construção de Itinerários Formativos, ligados à BNCC, com reflexões quanto à educação formal e informal, inseridas e confundidas com a vida cotidiana das camadas populares. Ao passo que trata-se de uma avaliação das percepções relacionadas à qualidade dos serviços oferecidos na UMA/UFT, para auxiliar pesquisadores e interessados na compreensão de como um programa de extensão consegue colaborar com a missão educacional de uma Universidade. Especificamente para quem investiga como as pessoas idosas participantes desses programas colaboram com abordagens pedagógicas intergeracionais que alcançam os objetivos educacionais.

Se a democracia surge como uma política centrada no sujeito, a educação democrática proposta por Itinerários Formativos para pessoas idosas na EJA envolve uma participação ativa do indivíduo, que consiga respeitar expressões, representatividade e a coletividade do conhecimento. Esse conceito de Touraine (1998) é observado na UMA/UFT e consegue ampliar a força social e política que se empenha em atender aos interesses dessa parcela da população. Ou seja, estabelece a direção a ser tomada, com fundamento em evidências e leva em conta os interesses dos cidadãos que atende (BRASIL, 2020).

Portanto, segue-se, após este trabalho, para metodologias que consigam divulgar a avaliação e a percepção das pessoas idosas em relação à qualidade dos serviços educacionais oferecidos. Outra etapa da pesquisa que visa destacar a possível contribuição dessas políticas na promoção da democracia, enfatizando a relevância das iniciativas educacionais voltadas para a população idosa.

Ao passo que é oportuno considerar finalmente, que iniciativas de extensão, como a UMA/UFT são essenciais na divulgação do conhecimento gerado internamente nas universidades para a sociedade em geral. Essa divulgação, manifestada aqui por meio de programas, projetos e ações de extensão, exercem um impacto direto e benéfico na vida de diversas pessoas. De modo que tais esforços resultam em melhorias substanciais na construção de políticas públicas que alcancem qualidade de vida e bem-estar das pessoas idosas, contribuindo para a edificação de uma sociedade mais inclusiva e sensível.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, R. K. et al. LAZER E TECNOLOGIAS PARA PESSOAS IDOSAS: A PROPOSTA DO CEPELS/UFT. **ARACÊ**, v. 7, n. 3, p. 11741-11759, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/3795/4975> Acesso em: 23 maio 2025.

ALVINO, F. S. **Concepções Do Idoso Em Um País Que Envelhece: Reflexões Sobre Protagonismo, Cidadania E Direitos Humanos No Envelhecimento**. UNB: 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19/1/2015_FabioSoaresAlvino.pdf Acesso em 15 de set. 2023.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARROYO, M. **A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão**. In Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos (p. 221-230). Brasília, DF: Unesco: 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BEISIEGEL, C. R. **Ensino público e educação popular**. In V. Paiva (Ed.), Perspectivas e dilemas da Educação Popular (2a ed., Cap. 1, p. 61-83). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal: 1986.

BELTRÃO, Hélio. **Desburocratização: ideias fundamentais**. Brasília: Presidência da República, 1982.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2018. BRASIL. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em: 14 ago. 2023.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOTH, A. **Gerontagogia: educação e longevidade**. Passo Fundo: Imperial. 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Ministério da Educação - Brasília - DF: 1996.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União**. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020.

BRITO, M. S. O.; OSÓRIO, N. B. **Universidade da Maturidade: Caminhos Formativos para a Pessoa Idosa**. 1. ed. Palmas, TO: EdUFT, 2024. 71 p. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/issue/view/868> Acesso em: 10 jul. 2025.

BRITO, M. S. O. **Itinerários formativos na academia: a educação com pessoas idosas na Universidade da Maturidade na Amazônia**. 2025. 156 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, Palmas, 2025. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7734>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRITO, M. S. O. et al. Inteligência Artificial na educação: impactos nos percursos formativos da Universidade da Maturidade para a educação de jovens, adultos e pessoas idosas. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, 17(7), e8137. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.7-059> Acesso em: 12 maio 2025.

CENTRO Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD). **Una Nueva Gestión Pública para América Latina**. Caracas: CLAD, 1998. Disponível em: <http://www.clad.org/documentos/declaraciones/una-nueva-gestion-publica-para-america-latina/view>> Acesso em: 8 out. 2023

DE SANTANA, W. V. et al. **Tecnologia social educacional para idosos, inovação e extensão universitária**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, p. 85419-85433, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/19413> Acesso em: 12 set. 2023

FARENZENA, N. **Políticas de assistência financeira da União nos marcos das responsabilidades (inter)governamentais em educação básica**. In: GOUVEIA, A.B,

PINTO, J. M. de R., CORBUCCI, P.R. Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil. Brasília: IPEA, 2011, p. 95-110.

FÁVERO, O., ANDRADE, E. R., e BRENNER, A. K. **Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA)**. In S. Haddad (Ed.), Novos caminhos em educação de jovens e adultos – EJA. Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras (p. 77-110). São Paulo: Ação Educativa: 2007. Disponível em:

[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/1-programa-de-educacao-de-jovens-e-adultos-peja-\(\)-osmar-favero-et-al.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/1-programa-de-educacao-de-jovens-e-adultos-peja-()-osmar-favero-et-al.pdf) Acesso em: 28 ago. 2023.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios (Questões de nossa época, 23)**. São Paulo, SP: Cortez: 1992.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Planejamento e políticas públicas (pp. 211-259). Brasília: IPEA: 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/bZLzjqD9mGfMtyvJkfhR3kQ/#> Acesso em: 12 set. 2023.

FRIGOTTO Gaudêncio. **Política e Gestão Educacional na Contemporaneidade**. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. P. 65-81.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. *Revista brasileira de história da educação*, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749> Acesso em: 24 ago. 2023.

MACIEL, Antônio C. **A formação cultural da Amazônia e ocupação econômica de Rondônia a partir de 1970: o último round da resistência cabocla**. In: GOBBI, Marcia A.; NASCIMENTO, Maria Leticia B. P. (org.). Educação e diversidade cultural: desafios para estudos da infância e da formação docente. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012. <https://books.google.com.br/books?id=8bV2DwAAQBAJ&pg=PA122&lpg=PA122&dq>

MARCELINO, Gileno Fernandes. **Em busca da flexibilidade do Estado: o desafio das reformas planejadas no Brasil**. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 641-659, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução. Freitas Bastos, Edição Rio de Janeiro: 2018.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. *Revista brasileira de educação*, n. 12, p. 59-73, 1999.

OSÓRIO, N. B.; SILVA NETO, L. S.; NUNES FILHO, F. A. **GeronTOcantins: estudos sobre a educação ao longo da vida na Amazônia legal**. Organizadores. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/5162> Acesso em: 21 ago. 2023.

OSÓRIO, N. B.; SILVA NETO, L. S.; NUNES FILHO, F. A. **GeronTOcantins: estudos sobre a educação ao longo da vida na Amazônia legal**. Organizadores. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/5162> Acesso em: 29 ago. 2023.

PACTO, **Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI)**. Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília - DF. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/CARTILHA_PACTO_ENVELHECIMENTO_.pdf Acesso em: 12 set. 2023.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos** (5a ed.). São Paulo, SP: Edições Loyola: 1987.

ROCHA, J. Damião. T.; COELHO, Wilma. N. B.; HORA, Dinair. L. **Currículo e ensino do curso de doutorado em educação na Amazônia: apontamentos docentes sobre a rede EDUCANORTE**. Revista Humanidades & Inovação. Palmas – TO, v. 8, p. 322-339, 2021. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5256>

SILVA, F. C. **Análise da política de circuitos turísticos de Minas Gerais a partir da perspectiva de policy cycle (ciclo político)** (Dissertação de mestrado). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa: 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/bZLzjqD9mGfMtyvJkfhR3kO/#> Acesso em: 12 set. 2023.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Trad. Modesto Florenzano. Bauru: Edusc, 1998.

VALE, A. M. **Educação popular na escola pública** (4a ed.). São Paulo, SP: Cortez: 2001.

VILLAS-BOAS, S. et al. **A educação intergeracional no quadro da educação ao longo da vida - Desafios intergeracionais, sociais e pedagógicos**. Investigar em Educação, v. 2, n. 5, 2016.